

Análise das Interações da Audiência Pública da CCT e CE sobre a Política Nacional de Educação Digital – 27/08/2025 – Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **117 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida conjuntamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) e pela Comissão de Educação e Cultura (CE), em 27/08/2025, sobre a "Política Nacional de Educação Digital: inclusão, capacitação e regulamentação para reduzir desigualdades e ampliar acesso (Lei 14.533/2023)". O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações e questionamentos expressos pelo público, visando auxiliar os Senadores na regulamentação e implementação efetiva da lei.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não reflitam integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 117

Temas principais:

1. **Inclusão, Acesso e Equidade (41%):** A maior preocupação dos cidadãos é como a lei garantirá que a educação digital chegue a todos, especialmente às populações mais vulneráveis. As perguntas focam em estratégias para levar infraestrutura (internet e equipamentos) a áreas rurais, periferias e regiões remotas do país. Há um forte questionamento sobre como a política irá, na prática, reduzir as desigualdades sociais e regionais, incluindo o atendimento a estudantes com deficiência, pessoas de baixa renda, idosos e outros grupos historicamente marginalizados.

Exemplo: "Como garantir que a inclusão digital chegue a escolas públicas em áreas rurais e periféricas?" - (Marcela B., PA)

2. **Implementação, Financiamento e Monitoramento (28%):** O segundo tema mais recorrente aborda os aspectos práticos da execução da lei. Os cidadãos questionam de onde virão os recursos financeiros para custear a infraestrutura e os programas, qual será o papel da União, estados e municípios, e como se darão as parcerias com o setor privado. Além disso, há um interesse significativo em entender quais serão os mecanismos e indicadores para monitorar a eficácia da política e avaliar se os objetivos de inclusão e capacitação estão sendo alcançados.

Exemplo: "Com relação à Educação Midiática, como será o monitoramento e a avaliação dos resultados das ações a serem realizadas pelos municípios, estados e DF?" - (Kleidiana C., ES)

3. **Formação Docente e Conteúdo Pedagógico (19%):** Uma parcela considerável das perguntas volta-se para os educadores e para o conteúdo que será ensinado. Os participantes expressam preocupação com a necessidade de planos de capacitação robustos e contínuos para que os professores possam utilizar as novas tecnologias de forma pedagógica e eficaz. Também há dúvidas sobre o que exatamente será ensinado, como temas como pensamento computacional, programação e letramento midiático serão integrados ao currículo e se serão componentes obrigatórios.

Exemplo: "Para que os docentes tenham possibilidade de ensinar, precisam se capacitar. Qual é o plano de capacitação docente?" - (Simone S., PR)

4. **Proteção de Dados, Segurança e Soberania Digital (12%):** Por fim, os cidadãos demonstram inquietação com os riscos do ambiente digital. As perguntas abordam a proteção e a privacidade dos dados dos estudantes, especialmente no uso de plataformas educacionais. Questões sobre segurança cibernética, a dependência de grandes empresas de tecnologia (Big Techs) e como a lei pode fortalecer a soberania digital do Brasil também foram

levantadas, refletindo uma preocupação com o controle e o uso ético das informações no contexto educacional.

Exemplo: "Como regulamentar plataformas para garantir acessibilidade e privacidade dos alunos?" - (Bruna S., MT)

Em conclusão, a audiência pública revelou que a principal preocupação dos cidadãos é garantir que a Política Nacional de Educação Digital se traduza em acesso equitativo e universal, superando as barreiras de infraestrutura em regiões remotas e vulneráveis. Temas como o financiamento da política, a capacitação efetiva dos professores e a segurança dos dados dos estudantes foram recorrentes, indicando um clamor por uma implementação transparente, bem estruturada e que, de fato, reduza as desigualdades educacionais no país.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=35267>.